

**ATA DA XXII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**

**Abertura.** Às 9h45 do dia 4 de junho de 2008, no Auditório Fábio Araújo Motta, do 15º andar da Confederação Nacional da Indústria - CNI, localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen – Brasília/DF, com a constituição da mesa pelo Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Sr. Marco Antônio Guarita, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria, instalou-se a XXII Reunião Extraordinária do CNRH. Após cumprimentos e agradecimentos pelas presenças e uso do local, o Sr. **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, passou a palavra ao anfitrião para saudação aos conselheiros do CNRH. O Sr. **Marco Antônio Guarita (CNI)** disse ser grande o prazer de receber este Conselho pela segunda vez e manifestou a compreensão, por parte da CNI, da importância dos trabalhos desenvolvidos pelo CNRH para o país e, em particular, para as indústrias. Destacou a percepção da forma democrática e participativa que se desenvolviam as atividades do Colegiado e o quanto a CNI presa essa forma de atuação. Desejou um bom dia a todos e ratificou a contínua presença da CNI no desenvolvimento de políticas, especialmente aquelas mais adequadas para o seu setor. O Sr. **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu as boas-vindas do representante da CNI e ofereceu seu testemunho sobre a importância do envolvimento dos segmentos que compõem o Conselho na busca da boa gestão dos recursos hídricos. Para ele, a CNI seria um exemplo que tem cumprido um papel fundamental nos debates e encaminhamento das questões. Citou as discussões que envolviam Resíduos Sólidos, onde a Confederação foi muito atuante. Aproveitou para informar que o presidente da Câmara dos Deputados havia, naquele dia, criado um grupo de trabalho com a incumbência de analisar as matérias que tramitavam no Congresso Nacional sobre Resíduos Sólidos, com vistas a dar andamento na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Repassou às mãos do Sr. Marco Antônio Guarita a quinta edição do Conjunto de Normas Legais – Recursos Hídricos, publicação organizada pela Secretaria Executiva do CNRH, a qual continha, entre outras legislações, todas as deliberações do CNRH (Resoluções e Moções). Desfez-se a Mesa de Abertura. O Sr. **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, justificou a ausência do Presidente do CNRH e Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Secretária Executiva daquele Ministério, Izabella Teixeira, que estariam cumprindo uma agenda justa durante aquela semana por conta do Dia Mundial do Meio Ambiente. Inclusive, naquela mesma manhã, ocorria a posse do novo Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Sr. Roberto Messias Franco, também conselheiro no CNRH. Comentou o tumulto do momento com a saída da Senadora Marina Silva da direção da pasta do Meio Ambiente e o quanto o novo ministro, respeitado nacional e internacionalmente, poderia contribuir para as ações do Ministério, considerando a grande experiência que possuía com o tema. Segundo o Sr. **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, a nova equipe que seria trazida ao MMA por Carlos Minc oxigenaria os trabalhos do Ministério. Desculpou-se pelo não correto funcionamento da página eletrônica do CNRH por um período maior do que o previsto, bem como os telefones, e aproveitou para convidar a todos para visitar as novas instalações da SRHU, localizada no Edifício Marie Prendi Cruz, 505 Norte. Anunciou a presença do Sr. Embaixador Roberto Soares de Oliveira, designado pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE para ser o Comissário-Adjunto do Brasil na Expo Zaragoza – evento que aconteceria de 14 de junho a 14 de setembro de 2008, na Espanha, com o tema Água e Desenvolvimento Sustentável. Juntamente com o Sr. João Bosco Senra, Comissário-Geral do Brasil na Expo, teria a tarefa de bem representar o País e conduzir a delegação brasileira no período. A exposição seria um espaço privilegiado de discussão e troca de experiências sobre os recursos hídricos sob variadas perspectivas: ambiental, energética, agrícola, turística, cultural, econômica e tecnológica. O evento, organizado pelo Bureau Internacional de Exposições, (BIE, sigla em francês para *Bureau International des Expositions*) acontece a cada cinco anos. A Expo Zaragoza seria apresentada aos conselheiros ainda naquela manhã. Em seguida, convidou à mesa o Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH, da

53 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, que o  
54 apoiaria na condução dos trabalhos. Pediu esforços para que o quórum se mantivesse ao longo do  
55 dia e convidou a todos para o almoço que seria oferecido pela CNI naquele mesmo prédio. O Sr.  
56 **Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, confirmou ser suficiente o quórum  
57 para o início da análise das deliberações e seguiu com a leitura dos procedimentos da reunião, bem  
58 como orientações regimentais. O Sr. **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**,  
59 aproveitando a breve presença do Sr. Embaixador Roberto Soares de Oliveira, convidou o  
60 conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA) para fazer uma apresentação sobre a Expo Zaragoza  
61 antes que se iniciassem os itens deliberativos. O Sr. **Embaixador Roberto Soares de Oliveira**  
62 disse ser uma oportunidade importante para o Itamaraty contribuir para o conhecimento, no  
63 exterior, do que está sendo feito para o tratamento dos recursos hídricos no Brasil. A participação  
64 do MRE seria a mais intensa possível para que o País tivesse a melhor imagem. O conselheiro  
65 **João Bosco Senra (SRHU/MMA)**, auxiliado pela projeção da página eletrônica da Expo, a qual  
66 estava sendo pré-lançada naquele momento, explanou sobre a estrutura da exposição e a atuação  
67 do Brasil durante os três meses programados. Explicou que o *site* teria a função de repassar todas  
68 as notícias da atuação do Brasil e de outros países na Expo. Textos e fotos seriam produzidos por  
69 uma equipe brasileira de comunicação designada para o evento. Sobre a programação técnica do  
70 evento, falou do espaço chamado Tribuna da Água, que compreenderia uma das maiores formas de  
71 participação do Brasil na Expo, especialmente pelo fato do país ser referência em gestão de águas  
72 no cenário internacional. Além dessa programação, estava prevista a realização de uma série de  
73 apresentações artísticas e esportivas tipicamente brasileiras durante os três meses de evento. Tais  
74 atividades visavam despertar o interesse dos visitantes da exposição quanto aos diversos aspectos  
75 de nossa realidade cultural e esportiva. Todas essas atividades seriam possíveis devido a cinco  
76 linhas-mestras que ordenavam a participação do País na Expo Zaragoza 2008. Seriam elas: a  
77 Tribuna da Água, o Dia do Brasil na Expo, o estande do País, a Programação Cultural Brasileira e  
78 o Plano de Comunicação – Brasil na Expo (com ações também no Brasil). Para a condução e  
79 operacionalização da participação do Brasil nessas linhas, um grupo formado pela Secretaria de  
80 Comunicação da Presidência da República - SECOM, Embratur, Ministério das Relações  
81 Exteriores e Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente  
82 proporem uma equipe de trabalho para atuação durante a exposição. Este grupo seria o responsável  
83 por ações como a coordenação/operacionalização do estande, esforços de comunicação,  
84 organização de eventos paralelos e assessoramento ao comissário-geral do Brasil na Expo. O  
85 dimensionamento desta equipe, assim como a delegação clara e objetiva de responsabilidades era  
86 fundamental para garantir o sucesso da participação do Brasil em todas as programações em que  
87 estivesse presente, desde a técnica à protocolar. Mais de cem países participariam das discussões  
88 sobre recursos hídricos. O Brasil apresentaria informações sobre as diversas ações, programas e  
89 projetos relacionados com os desafios da gestão dos recursos hídricos, desenvolvidos pelo governo  
90 federal, por empresas estatais e por governos estaduais, destacando, em nível internacional, a  
91 gestão brasileira para o desenvolvimento sustentável. Haveria semanas temáticas e tudo faria parte  
92 do acervo da Organização das Nações Unidas (ONU). A Sra. **Maria do Carmo Zinato, técnica**  
93 **especializada da SRHU e que fazia parte do comissariado brasileiro na Expo**, explicou a  
94 lógica de organização do *site*, o qual possuía um formato colorido e interativo, e como seria  
95 possível estar sempre informado sobre a exposição e a atuação do Brasil  
96 (<http://www.brasilnaexpo2008.com.br>). Foi informado que os conselheiros, por meio da Secretaria  
97 Executiva do CNRH, receberiam notícias constantes por mensagens eletrônicas. Em seguida, o Sr.  
98 **Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, fez o anúncio dos novos  
99 conselheiros indicados: o Ministério de Minas e Energia indicou o Sr. Roberto Ventura Santos,  
100 como conselheiro titular, e a Sra. Marina Gutierrez Brandão Scalon, como conselheira suplente; a  
101 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres indicou a Sra. Maria Margaret Lopes, como  
102 conselheira suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul indicou o  
103 Sr. Paulo Renato Paim, como conselheiro titular; e o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito  
104 Federal indicou a Sra. Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira, como conselheira titular. O Sr.

105 **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, os declarou empossados e saudou os  
106 novos conselheiros do CNRH, desejando-lhes uma profícua temporada de trabalho. Também  
107 agradeceu àqueles ora substituídos pela contribuição inestimável para a viabilização e  
108 implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil. Em seguida, perguntou ao Plenário se  
109 existiria alguma matéria a ser incluída em regime de urgência ou a ser retirada de pauta. Não  
110 havendo, a Ordem dia Dia permaneceu como convocada. **Item 1 - Aprovação da Ata da XIX**  
111 **Reunião Ordinária do CNRH**. Após modificações sugeridas à minuta anteriormente  
112 encaminhada, nas linhas 99 a 114 e 570 a 576, solicitadas pela conselheira Ninon Machado  
113 (ONGs), e na linha 387, solicitada pelo conselheiro Marcelo Sampaio (SEAP/PR). A ata foi  
114 aprovada com as alterações. O conselheiro **Marcelo Sampaio (SEAP/PR)** manifestou  
115 preocupação quanto à forma com que as atas do plenário vinham sendo aprovadas. Pediu para que  
116 os procedimentos fossem revistos, pois havia notado que algumas propostas de alterações de atas  
117 não refletiam o real pronunciamento do conselheiro na reunião em questão. Disse que se o CNRH  
118 começar a ignorar essa realidade, não haveria uma ata da reunião, e sim uma percepção posterior  
119 dos fatos. Caso fossem confrontadas, em alguns pontos, as modificações sugeridas e a transcrição  
120 da ata em questão, feita a partir de uma gravação em áudio, seria possível constatar diferenças.  
121 Recomendou maior cuidado, pois a ata se tratava de um documento validado por todos os  
122 conselheiros. **Item 2 - 10 anos do CNRH (Lançamento da marca comemorativa dos 10 anos**  
123 **CNRH)**. O conselheiro **João Bosco Senra (SRHU/MMA)**, também diretor do Departamento de  
124 Recursos Hídricos da SRHU/MMA, lembrou que em cinco de novembro daquele ano o CNRH  
125 completaria dez anos de sua instalação. Com isso, uma agenda especial estava sendo montada para  
126 festejar as conquistas do colegiado no aprimoramento do sistema de gestão dos recursos hídricos  
127 no País. Entre as ações estavam: 1- a logomarca dos dez anos do Conselho, a qual foi apresentada  
128 naquele momento e que seria inserida em documentos oficiais do MMA, inclusive de outras  
129 instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH  
130 interessadas em divulgar; 2- a logomarca definitiva do CNRH, que seria determinada após um  
131 processo de votação entre os participantes do colegiado sobre três propostas e lançada em reunião  
132 plenária comemorativa; 3- reuniões de câmaras técnicas nos estados, com o apoio dos Conselhos  
133 Estaduais de Recursos Hídricos, com o intuito de divulgar os trabalhos do CNRH e de promover o  
134 intercâmbio de experiências e a articulação entre estados e União; 4- resgate da memória do  
135 Conselho Nacional, onde estavam sendo reunidas fotografias, matérias jornalísticas e textos em  
136 geral sobre o CNRH. Todo o material pesquisado seria exposto durante a reunião comemorativa de  
137 novembro. Foi solicitado pelo Conselheiro João Bosco Senra e pelo Secretário Executivo,  
138 Eustáquio Luciano Zica, que todos aqueles que possuísem o material citado que o cedesse à  
139 Secretaria Executiva do CNRH para acervo. Uma mensagem eletrônica da Secretaria Executiva do  
140 Conselho reforçaria o pedido; 5- 6ª edição do Conjunto de Normas Legais – Recursos Hídricos,  
141 edição comemorativa que contaria com normas legais de interesse para o SINGREH e todas as  
142 deliberações do Colegiado, como nas edições anteriores, além de fotos e textos que enalteceriam a  
143 história deste Conselho; e 6- Planejamento Estratégico do CNRH – havia um Termo de Referência  
144 em tramitação para que houvesse um trabalho de planejamento do SINGREH, onde o CNRH  
145 estaria inserido. O referido Termo de Referência fazia parte de uma das ações previstas para o  
146 detalhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado em janeiro de 2006, e traria uma  
147 definição dos próximos rumos do CNRH. **Item 3 - Deliberação sobre propostas de Resolução**  
148 **que: Item 3.1 – Estabelece diretrizes e critérios de identificação do curso de água principal**  
149 **para a caracterização da rede hidrográfica nacional com a finalidade de aplicação dos**  
150 **instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela CT de Integração**  
151 **de Procedimentos e Ações de Outorga e Ações Reguladora**. A Conselheira **Patrícia Boson**  
152 **(Indústrias)** foi convidada a apresentar a matéria, quando abordou: Fatores Geradores – a)  
153 Dificuldade de se definir, de modo claro e invariável, o curso de água no que se refere à aplicação  
154 dos instrumentos de gestão (Quem é o poder outorgante?); b) A insegurança gerada para os  
155 requerentes de outorga, quando não se havia certeza quanto a toponímia de um determinado curso  
156 d'água, especialmente nos estados em que a outorga ainda estava em fase de implementação; c) A

157 constatação da fragilidade do critério de toponímia para a identificação de um curso de água; d) A  
158 proposição de solução técnica apresentada pela Agência Nacional de Águas - ANA, por meio de  
159 uma resolução interna administrativa; e) Os resultados de uma aplicação direta da resolução e os  
160 riscos de um ato administrativo tratar de temas complexos com a questão da dominialidade,  
161 mudanças de locais históricos, etc; Critérios Adotados – a) Tem como base a identificação do curso  
162 principal, a partir do qual são identificados os demais cursos afluentes; b) Os cursos de água  
163 deveriam ser examinados de jusante para montante; c) Em cada confluência seria considerado  
164 curso de água principal aquele, dentre os afluentes, que apresentasse maior área de drenagem; d)  
165 O curso de água principal de uma bacia ou sub-bacia hidrográfica se configura como uma unidade,  
166 desde a sua foz até a nascente, independentemente da toponímia; Condições consolidadas com o  
167 critério da toponímia – Art. 5º. *As autoridades outorgantes envolvidas devem articular-se para a*  
168 *aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, sempre que os critérios*  
169 *definidos nesta resolução implicarem alteração de situações locais já consolidadas quanto à*  
170 *gestão do curso de água afetado; Parágrafo único. A articulação mencionada no caput será*  
171 *efetivada por instrumento legal adequado e deverá resultar em práticas que observem os*  
172 *princípios da eficiência e da descentralização.* Após a apresentação da matéria, o Conselheiro  
173 **Paulo Paim (CERH/RS)** abriu os debates, cumprimentando a câmara pelo trabalho desenvolvido  
174 e destacando a importância da proposta não mexer com valores culturais importantes e  
175 consolidados no Brasil. O Conselheiro **Francisco José Lobato (OTEPs)** recordou que, em 2001,  
176 foi celebrado um convênio de cooperação entre o governo do Paraná e a ANA, quando foi  
177 delegada para o estado do Paraná a concessão de outorga de um trecho da bacia do Alto Iguaçu,  
178 considerado de domínio Federal. O convênio estabelecia alguns mecanismos interessantes, na  
179 medida que a delegação não significava que a União deixava de ter responsabilidades, pois havia o  
180 acompanhamento e o supervisionamento. De qualquer maneira, havia uma questão de difícil  
181 resolução: quem cobra pelo uso desse curso d'água? Quem cobra é quem outorga. Caso a outorga  
182 fosse feita por órgão estadual, faria ele a cobrança? Disse que, na ocasião, a discussão foi intensa,  
183 inclusive com a presença da procuradoria da ANA, que expôs três alternativas: 1- A delegação  
184 significa que o órgão estadual passa a cobrar pelo uso da água; 2- A delegação significa que há  
185 uma cobrança e uma gestão financeira por parte do órgão estadual, mas um empenho e  
186 acompanhamento financeiro da cobrança pelo órgão federal; 3- Ou, o órgão federal cobra, assina  
187 um convênio, arrecada e depois transfere os recursos ao Estado. Para o Conselheiro **Francisco**  
188 **Lobato (OTEPs)**, a última alternativa seria a mais conservadora e a primeira mais arrojada.  
189 Recomendou, portanto, que houvesse um estudo jurídico, pela Câmara Técnica de Cobrança pelo  
190 Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, para que a vinculação entre quem outorga e quem cobra  
191 fosse resolvida no âmbito do CNRH. O Conselheiro **Jairo Lousa (Irrigantes)** expôs sua dúvida  
192 sobre o critério da área de drenagem estabelecida na proposta, pois sobre “vazão” não estaria  
193 explícito. Observou a possibilidade de casos com uma pequena área de drenagem e uma grande  
194 vazão; e uma grande área de drenagem com uma pequena vazão. Sobre “delegação de cobrança”, o  
195 Conselheiro **Carlos Hugo Suarez (Min. Justiça)** esclareceu que a questão não estava vincula a  
196 essa proposta, pois existiam casos onde rios não seriam afetados e outros casos onde não haveria a  
197 decisão pela cobrança. Quando fosse definida a cobrança as regras já estariam conhecidas. O  
198 Conselheiro **Benedito Braga (ANA/MMA)** manifestou ser válido o interesse do CNRH em  
199 apreciar a matéria, mas opinou que o Conselho estava agindo além de suas competências quanto ao  
200 tema “dominialidade”. A Resolução ANA nº 399/2004, a qual alterou a Portaria nº 707/1994, do  
201 Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE (norma para classificação dos  
202 cursos d'água brasileiros quanto ao domínio), era válida para todo o território nacional, portanto o  
203 CNRH estaria editando uma cópia daquela que tinha a real competência para definir sobre o  
204 assunto. Na sua opinião, o CNRH devia, sim, discutir sobre os grandes interesses nacionais, e  
205 ofereceu como exemplo o debate sobre se o modelo de bacia hidrográfica era o ideal para o País, já  
206 que importou o modelo francês. Disse que a ANA não era Agência Federal de Águas e sim  
207 Agência Nacional de Águas, portanto a Resolução ANA nº 399/2004 não era uma norma  
208 administrativa interna da casa e sim para todo o Brasil, e que a proposta em questão apenas

209 acrescentava, à Resolução ANA nº 399/2004, o art 5º, o qual já estava descrito na Lei nº-  
210 9.433/1997. Sobre “articulação”, citada no art. 5º, explicou que a ANA já praticava, quando  
211 exercitava a descentralização para os estados, portanto não havendo inovação no texto proposto.  
212 Na bacia do rio Piracicaba, por exemplo, a ANA delegou ao DAEE e ao IGAM a outorga de direito  
213 pelo uso da água. Falou da possibilidade de haver interpretação equivocada de quem estaria na  
214 bacia, pois, diante da aprovação da proposta em questão, poderia haver a indicação de que a  
215 Agência estaria fazendo algo errado. Ou seja, se existisse outra resolução, algo não estava correto.  
216 Por fim, concluiu que essas eram questões operacionais e quem opera o SINGREH é a ANA. Pediu  
217 para que todos os Conselheiros relesem a exposição de motivos apresentada pela CTPOAR,  
218 quando verificariam que realmente não existiam motivos. Não havia questionamento jurídico da  
219 Resolução ANA nº 399/2004 e nem questionamento técnico, pois foi uma cópia do que já existia.  
220 Solicitou, então, que a proposta não fosse aprovada. O Conselheiro **Marcelo Sampaio (SEAP/PR)**  
221 elogiou a iniciativa da CTPOAR, mas expressou sua insegurança em analisar a matéria a partir da  
222 fala anterior. Não gostaria de ver um arcabouço normativo dúbio. No seu entender, a proposta  
223 fortaleceria as ações da ANA, mas, diante das argumentações do Conselheiro Benedito Braga,  
224 disse ter dúvidas. A Conselheira **Patrícia Boson (Indústrias)**, primeiramente, respondeu ao  
225 Conselheiro Jairo Lousa, quando afirmou que nem sempre seria maior área de drenagem ou maior  
226 área de vazão, mas o critério de maior área de drenagem era o mais compatível com todas as  
227 ferramentas que existiam no georeferenciamento. Portanto, era um critério mais fácil, prático e  
228 imediato para sua aprovação. Na maioria dos casos, oferecia uma resposta mais adequada. Quanto  
229 à manifestação do Conselheiro Benedito Braga a Conselheira **Patrícia Boson (Indústrias)**  
230 explicou que a proposta acabou, sim, por se sustentar na parte técnica da Resolução ANA nº-  
231 399/2004, entretanto, sobre a discussão se a ANA teria competência para estabelecer regras para o  
232 país, em comparação com as competências do CNRH, era uma questão discutível. Como usuária  
233 da água, sentia que a proposta da CTPOAR daria maior consistência jurídica sobre o assunto. Já  
234 havia presenciado casos que originaram a discussão sobre a dúvida do que seria do Estado e do que  
235 seria da União. Houve casos de solicitação de duas outorgas, para o Estado e para a União, pelo  
236 medo de estar realizando algo ilegal. Argumentou que existia a discussão, sem jurisprudência de  
237 decisão, sobre se as normas da ANA eram normas apenas administrativas, onde quem teria a  
238 competência de definir normas para a gestão de recursos hídricos no país seria o Conselho  
239 Nacional de Recursos Hídricos. A intenção foi referendar a Resolução ANA nº 399/2004. As duas  
240 normas não estabeleceriam regras distintas, apenas daria uma certeza ao usuário de recursos  
241 hídricos. Concluiu, expressando não entender o porquê da oposição naquele momento por parte do  
242 Conselheiro da ANA, pois por dois anos a matéria foi debatida e construída pela CTPOAR, com  
243 participação ativa de representantes da Agência, inclusive posteriormente na Câmara Técnica de  
244 Assuntos Legais e Institucionais – CTIL. Em nenhum momento os representantes da ANA  
245 disseram o que havia sido dito, naquele momento, pelo Conselheiro Benedito Braga, pelo contrário  
246 sempre incentivaram e ajudaram a promover a proposta. As atas das reuniões eram públicas e  
247 todos poderiam verificar. Pediu, então, o apoio de todos os demais Conselheiros para a aprovação  
248 da proposta. O Conselheiro **Benedito Braga (ANA/MMA)** disse saber que a ANA tinha a fama de  
249 manifestar opiniões distintas em câmaras técnicas e em plenário, mas pediu para registrar em ata  
250 que isso não era verdade. A ANA possuía as mesmas opiniões, claramente, em câmaras técnicas e  
251 em plenário. Segundo ele, leu as atas e verificou que a ANA sempre foi contra essa proposta de  
252 resolução. O que ocorreu foi a não manifestação da ANA em momentos de debates mais  
253 acalorados, com o intuito de evitar constrangimentos. Lembrou do ocorrido na reunião plenária  
254 anterior, quando uma minuta de resolução proposta pela Câmara Técnica de Integração da Gestão  
255 das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST foi apresentada  
256 sem o aceite da ANA, apesar de ter sido encaminhada com o aval de seus representantes legais.  
257 Nesse caso, reconheceu sua meia culpa, mas foi um caso isolado, problema interno. Não era essa a  
258 postura da ANA. Quanto ao dito, pela Conselheira Patrícia Boson, que havia dúvidas sobre as  
259 competências da Agência, leu o art. 4º da Lei nº 9.984/2000, que, segundo ele, lhe dava, sim, poder  
260 normativo. Para o Conselheiro **Benedito Braga (ANA/MMA)** se o segmento Indústria não

261 reconhecia isso seria porque não queria cumprir a lei e que a ANA não precisava de tutor e possuía  
262 competências muito claras. O Conselheiro **Flávio Neiva (Concessionárias e Autorizadas de**  
263 **Geração Hidrelétrica)** percebeu a necessidade do plenário refletir: diante do ocorrido, poderia  
264 uma norma ser originada no CNRH, de forma soberana? Caso sim, não caberia à ANA  
265 regulamentar essas matérias? Não estaria essa proposta dando conforto de ação à ANA? O  
266 Conselheiro **Carlos Hugo Suarez (Min. Justiça)** ressaltou que a lógica da proposta era de dar  
267 maior segurança jurídica ao tema, pois a ANA não contou com a participação de representantes do  
268 SINGREH para a edição da Resolução ANA nº 399/2004, apesar de não haver questionamento de  
269 sua boa qualidade técnica. Havia, no SINGREH, falta de consenso sobre o assunto. Citou a  
270 Divisão Hidrográfica Nacional, aprovada pelo CNRH após este mediar diferentes opiniões,  
271 promovendo consensos. A Conselheira **Tereza Cristina Esmeraldo (CERH/DF)** concordou com  
272 o Conselheiro Hugo Suarez, destacando que o CNRH seria o órgão máximo do SINGREH. A  
273 Conselheira **Maria Cristina Yuan (Indústrias)** expôs a segurança das contribuições oferecidas  
274 pelo segmento que representava, as quais sempre se revestiram na maior representatividade  
275 esperada. Afirmou que a Indústria não se furtava de colaborar e aceitar as regras estabelecidas, sem  
276 qualquer manobra casuística. Contudo, sempre defendeu a objetividade e a clareza de normas. O  
277 Conselheiro **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**, que também estava como presidente  
278 da CTIL, relatou que, durante a discussão da matéria na Câmara, não houve a intenção de se  
279 discutir as atribuições da ANA. Foi debatida a constitucionalidade e legalidade da proposta,  
280 quando se chegou à conclusão, por unanimidade, que o CNRH teria a competência para editar a  
281 resolução. A Conselheira **Patrícia Boson (Indústrias)** ponderou que talvez houvesse falha na  
282 proposta quando essa não citou a Resolução ANA nº 399/2004, o que poderia apresentar um  
283 conforto em articulações futuras. Reconheceu que quando a matéria entrou na CTPOAR, o  
284 representante da ANA se posicionou contrário. Contudo, logo depois, participou ativamente, sem  
285 se abster ou apresentar objeções. Destacou que, no caso apresentado anteriormente, onde a  
286 Indústria pediu a outorga duas vezes, no estado e na União, não houve fuga da lei, e sim querer  
287 cumpri-la duas vezes. Para ela, a colocação do Conselheiro Benedito Braga foi de uma grande  
288 injustiça. Sugeriu que o CNRH começasse a repensar suas pautas e o que realmente seria de  
289 interesse nacional. Nessa linha, a Conselheira **Marilene Ramos (CERH/RJ)** observou ser urgente  
290 o planejamento estratégico do CNRH. Como a CTIL estava revisando o Regimento Interno do  
291 CNRH, se comprometeu a encaminhar proposta que ajudasse a regulamentar o trâmite de matérias  
292 entre câmaras técnicas e plenário. Após debates de alternativas de encaminhamento, o Conselheiro  
293 **Benedito Braga (ANA/MMA)** pediu a rejeição da proposta. Não havendo consenso, passou-se à  
294 votação, quando 13 foram favoráveis à proposta de resolução, 14 foram contra à proposta de  
295 resolução e 4 se abstiveram. A proposta de resolução que “estabelece diretrizes e critérios de  
296 identificação do curso de água principal para a caracterização da rede hidrográfica nacional com a  
297 finalidade de aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos”, encaminhada  
298 pela CTPOAR, foi rejeitada pela maioria no plenário. **Item 3.2 – Altera o inciso II do art. 2º da**  
299 **Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara**  
300 **Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e**  
301 **Institucionais.** O Conselheiro **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** apresentou a  
302 matéria. Primeiramente, lembrou a todos o caminho percorrido por propostas de deliberação, entre  
303 câmaras técnicas, grupos de trabalho e plenário, sendo que a CTIL sempre foi a última instância  
304 que precedia o plenário. Com base nos pareceres da câmara técnica competente e da CTIL, o  
305 plenário do CNRH emitia sua deliberação. A CTIL dividia com a Câmara Técnica do Plano  
306 Nacional de Recursos Hídricos o “título” de terem sido as primeiras das dez câmaras técnicas do  
307 colegiado a serem instituídas por meio de uma mesma Resolução, a de nº 4/1999. A instituição da  
308 CTIL ocorreu em um momento em que a gestão de recursos hídricos no País, bem como a  
309 estruturação do próprio CNRH, davam seus primeiros passos. Talvez isso explicasse o fato de ter  
310 recebido somente uma atribuição no ato de sua instituição, a de “acompanhar, analisar e emitir  
311 parecer sobre a Legislação Nacional de Recursos Hídricos”, tendo-se optado, à época, por delegar  
312 ao Regimento Interno e ao Plenário do CNRH o estabelecimento de outras atribuições. Nesse

313 sentido, as competências da CTIL foram ampliadas. O Regimento Interno em vigor, aprovado pela  
314 Portaria da Ministra de Estado do Meio Ambiente nº 377/2003, estabeleceu para a CTIL, além da  
315 atribuição contida no § 1º do art. 12 a de analisar proposta de criação de câmaras técnicas, bem  
316 como suas atribuições e composição (§1º do art. 22); e de estabelecer a ordem progressiva da  
317 composição das câmaras técnicas, caso o número de interessados em delas participar fosse superior  
318 ao número máximo de vagas existentes (parágrafo único do art. 23). Da análise do Regimento  
319 Interno do CNRH poderia-se extrair outras atribuições da CTIL, em razão daquela prevista no § 1º  
320 do art. 12. A título de exemplo dado pelo Conselheiro **Márley Caetano de Mendonça**  
321 **(SRHU/MMA)**, a CTIL deveria analisar, também, a proposta de extinção de câmaras técnicas,  
322 hipótese prevista no art. 24 do Regimento Interno do Conselho. De fato, não seria possível para a  
323 Resolução CNRH nº 4/1999 enumerar com precisão as atribuições da CTIL, especialmente se  
324 fosse considerado o momento em que ela foi estabelecida. Ainda hoje, haveria muitas dificuldades  
325 para isso, em razão do papel reservado para a Câmara na estrutura do CNRH. Por isso, era  
326 importante a delegação ao Regimento Interno e ao Plenário do Conselho para o estabelecimento de  
327 outras competências para aquela Câmara. Em uma primeira leitura, essa delegação poderia parecer  
328 estranha, pois “é feita para si mesmo”, na medida em que o CNRH tem a atribuição de aprovar seu  
329 Regimento Interno (art. 7º do Decreto nº 4.613/2003) e pode alterar suas resoluções, por meio de  
330 outro ato da mesma natureza. No entanto, é prática corriqueira em colegiados, por ter uma  
331 finalidade didática, fazendo com que o leitor da norma, especialmente aquele com menos  
332 conhecimentos no campo jurídico, não se limite à leitura da referida norma, razão pela qual sua  
333 manutenção é importante. No entanto, afirmou que era de conhecimento de todos o Conselho  
334 Nacional de Recursos Hídricos e o papel reservado à sua Câmara Técnica de Assuntos Legais e  
335 Institucionais, o que lhes permitia descrever melhor suas atribuições. Por isso, propôs a alteração  
336 do inciso II do art. 2º da Resolução nº 4/1999, para que as atribuições da CTIL fossem adequadas à  
337 realidade atual, incorporando também as atribuições delegadas à Câmara pelo Regimento Interno  
338 do CNRH, visando a consolidação de suas competências. Com base nesses argumentos, submeteu  
339 a proposta de resolução à avaliação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Conselheira  
340 **Marilene Ramos (CERH/RJ)** perguntou se a proposta havia sido uma demanda do plenário,  
341 assim como todas as demais constantes da Ordem do Dia. Diante da resposta negativa, demandou  
342 como pauta urgente, que deveria ser tratada na reunião subsequente, uma planejamento de ação  
343 para o CNRH (poderiam as câmaras técnicas apresentar matérias sem a demanda prévia do  
344 plenário? O Regimento Interno do Colegiado estava adequado aos interesses dos conselheiros?  
345 Como direcionar os trabalhos do CNRH para que esse exercesse seu verdadeiro papel?). Comentou  
346 que havia apresentado a mesma solicitação na reunião plenária de dezembro de 2007 e que, até  
347 aquele momento, não obtivera resposta. O Conselheiro **Márley Caetano de Mendonça**  
348 **(SRHU/MMA)** esclareceu que, segundo o Regimento Interno do CNRH, qualquer conselheiro  
349 poderia apresentar matérias, seguindo a formalidade de encaminhar, primeiramente, à Secretaria  
350 Executiva do CNRH, a qual inicia o trâmite interno, com a sua distribuição, se for o caso, às  
351 câmaras técnicas competentes. Com isso, a proposta era legítima, inclusive com um documento de  
352 justificativa. Por outro lado, informou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pelo  
353 CNRH em janeiro de 2006, previa o planejamento do SINGREH e que este estava sendo previsto  
354 para acontecer em 2008, como parte do detalhamento de um dos subprogramas. Como o CNRH  
355 integrava o Sistema, haveria a oportunidade de rever a rotina do colegiado, atendendo a  
356 Conselheira Marilene Ramos. A Conselheira **Marilene Ramos (CERH/RJ)** expressou seu temor  
357 que o planejamento citado ainda levasse muito tempo para se concretizar, quando solicitou que o  
358 plenário analisasse, com urgência, sua proposta de alteração do Regimento Interno na próxima  
359 plenária. Para iniciar essa atividade, avisou que já obtinha uma sugestão para o item “Câmaras  
360 Técnicas”. Ficou então definido que a conselheira encaminharia a sugestão à Secretaria Executiva  
361 do CNRH para que esta tomasse as providências de seu trâmite. Após debates sobre atribuições de  
362 câmaras técnicas e melhor otimização dos trabalhos no CNRH – tramitação de processos, foi  
363 definido que, da proposta enviada previamente na convocação, seriam modificadas os seguintes  
364 itens: *a) examinar e manifestar-se sobre a constitucionalidade, a legalidade, os aspectos*



365 institucionais e a técnica legislativa de propostas para deliberação do Plenário e, conforme o  
366 caso: 1. adequar o texto proposto à melhor técnica legislativa; 3. encaminhar a matéria às  
367 Câmaras Técnicas de mérito, com recomendações de modificação e direcionamento,  
368 acompanhadas das respectivas justificativas. Feitas essas modificações, a proposta foi aprovada  
369 sem votos contrários e uma abstenção. Houve intervalo para o almoço, entre 12h30 e 13h45. **Item**  
370 **3.3 - Encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto**  
371 **nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica**  
372 **do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências, e dá outras providências,**  
373 **encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais.** O Conselheiro **Márley Caetano de**  
374 **Mendonça (SRHU/MMA)** apresentou a matéria, com o histórico da última reunião plenária,  
375 quando o CNRH aprovou a Resolução nº 84, que encaminhou à Casa Civil da Presidência da  
376 República proposta de Decreto que acrescia parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22  
377 de março de 1996, o qual instituiu o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba  
378 do Sul – CEIVAP. Esse parágrafo único alterou a área de atuação do comitê: “*A área de atuação*  
379 *do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul compreende a região*  
380 *hidrográfica delimitada pela área de drenagem da bacia do rio Paraíba do Sul e das bacias*  
381 *contíguas situadas no Estado do Rio de Janeiro, com fozes localizadas, em escala 1:1.000.000,*  
382 *entre as coordenadas 21°30’20’’ latitude Sul e 41°04’12,21’’ longitude Oeste e 22°19’32,45’’*  
383 *latitude Sul e 41°43’26,10’’ longitude Oeste. (NR)”*. Somado a isso, no dia anterior a essa reunião  
384 que aprovou a solicitação do comitê, foi recebido outro pedido, que significava a alteração no  
385 nome do comitê. Passaria de *Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do*  
386 *Sul* para *Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul*. Como à época não  
387 houve tempo regimental para a tramitação da solicitação do comitê, este plenário a analisaria  
388 naquele momento. Feita apenas uma modificação no texto da ementa, onde foi suprimida “..., e dá  
389 outras providências”, a proposta foi aprovada sem votos contrários ou abstenções. **Item 3.4 -**  
390 **Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria**  
391 **Executiva do CNRH para o exercício de 2009 - art. 46, inc. V, Lei nº 9.433, de 1997,**  
392 **encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais.** O Conselheiro **João Bosco Senra**  
393 **(SRHU/MMA)** apresentou a matéria, citando o que dispõe a Lei nº 9.433/1997, em seu art. 46, inc.  
394 V – compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos elaborar seu  
395 programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do  
396 CNRH; e ainda o Regimento Interno do Colegiado, em seu art. 42, inc. III. Ressaltou que não  
397 representava um planejamento de trabalho do CNRH, e sim de sua Secretaria Executiva. A pauta  
398 descrita na agenda das câmaras técnicas apenas retratava a agenda já existente nas câmaras e a  
399 previsão de temas a serem analisados, conforme registros constantes em atas. A proposta foi  
400 aprovada sem alterações, sem votos contrários ou abstenções. **Item 3.5 – Estabelece composição**  
401 **e define suplências para a CTPNRH, CTIL, CTEM e CTCOB, e dá outras providências,**  
402 **encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais.** O Conselheiro **Márley Caetano de**  
403 **Mendonça (SRHU/MMA)** apresentou a matéria, que teve como motivação o término, em 30 de  
404 junho de 2008, do mandato dos membros da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos  
405 Hídricos - CTPNRH, da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL e da Câmara  
406 Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos -  
407 CTEM, conforme prevê o art. 1º da Resolução CNRH nº 62, de 24 de agosto de 2006; e o término,  
408 em 31 de julho de 2008, do mandato dos membros da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de  
409 Recursos Hídricos - CTCOB, conforme prevê o art. 2º da mesma Resolução CNRH nº 62. A  
410 Secretaria Executiva do CNRH enviou ofício a todos os membros do CNRH e considerou as  
411 manifestações expressas dos segmentos integrantes do Conselho interessados em participar das  
412 Câmaras Técnicas supracitadas. A análise das manifestações foi procedida pela Câmara Técnica de  
413 Assuntos Legais e Institucionais, que considerou a assiduidade dos pleiteantes, a paridade de  
414 participação entre os segmentos componentes do CNRH e a emissão das manifestações no prazo  
415 estipulado – para este último caso foram citados o Ministério da Educação – MEC e CERH/SE que  
416 enviaram manifestação fora do prazo. O Conselheiro **Márley Caetano de Mendonça**



417 (SRHU/MMA) destacou que para cada câmara houve mais de dezessete interessados, ou seja,  
418 número maior que o máximo permitido de participantes, o que gerou listas de suplências. Foi  
419 apresentada tabela para facilitar a verificação de composição de todas as dez câmaras existentes no  
420 CNRH. Após debate sobre a melhor composição das quatro câmaras em questão, com base na  
421 atuação dos segmentos nas câmaras em questão e no melhor balanceamento de participações,  
422 houve alterações na proposta original de duas câmaras técnicas: CTPNRH – Os CERHs/PA-TO  
423 substituíram os CERHs/SP-RJ, que passaram a ocupar a terceira suplência. CTEM – O MEC  
424 substituiu o Ministério da Integração Nacional, que passou a ocupar a primeira suplência,  
425 remanejando para a segunda suplência os Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de  
426 Bacias Hidrográficas; e para a terceira suplência as Concessionárias e Autorizadas de Geração  
427 Hidrelétrica. CTIL e CTCOB permaneceram como na proposta original, encaminhada pela CTIL.  
428 Feitas essas alterações, a proposta de resolução foi aprovada. **Item 3.6 - Estabelece as**  
429 **prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos**  
430 **hídricos, para o exercício orçamentário de 2009, encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso**  
431 **de Recursos Hídricos.** O Sr. **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH,**  
432 convidou o Sr. Rodrigo Speziali, presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos  
433 Hídricos - CTCOB, para apresentar a matéria. O Sr. **Rodrigo Speziali** informou que a proposta de  
434 resolução estabelecia as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso  
435 de recursos hídricos, somente para o setor elétrico, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº  
436 9.648/1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984/2000, especificamente para o  
437 exercício orçamentário de 2009. Oferecendo um breve relato sobre o tema, disse que a presente  
438 proposta de resolução consistia na regulamentação do § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984/2000 -  
439 “Prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão  
440 definidas pelo CNRH em articulação com os respectivos comitês”. Destacou que era importante  
441 ressaltar que o CNRH aprovou sua Resolução nº 70/2007, que estabeleceu o processo de consulta  
442 aos Comitês de Rios de Domínio da União e aos Conselhos Estaduais, e criou o Grupo Permanente  
443 de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos  
444 Hídricos - GTAAC, estabelecendo assim, uma interface entre o instrumento da cobrança pelo uso  
445 da água e o processo de implementação do PNRH. Informou que no dia 18/12/07, foi expedido o  
446 Ofício nº 101/07/CNRH, aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia de  
447 Rios de Domínio da União, anexando a Resolução CNRH nº 70/2007 e orientando os  
448 procedimentos para o envio das prioridades a serem estabelecidas na forma de subprogramas do  
449 Plano Nacional de Recursos Hídricos. Foi encaminhado, também, à Agência Nacional de Águas, o  
450 Ofício nº 100/07/CNRH, informando os procedimentos adotados relacionados à consulta das  
451 prioridades, e que as manifestações seriam enviadas à ANA até o dia 28/02/08, para tabulação e  
452 envio ao CNRH até o dia 31/03/08. A ANA sistematizou e encaminhou para a CTCOB seu  
453 relatório, com as informações devidamente organizadas. Foram recebidas 11 respostas dos estados  
454 e 4 de comitês (São Francisco, Doce, CEIVAP e PCJ). Quando da 56ª Reunião da Câmara Técnica  
455 de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, em 14/05/08, foi pautada a análise de proposta de  
456 resolução que deveria estabelecer as prioridades para a aplicação dos recursos da cobrança para o  
457 ano de 2009. A análise da referida proposta de resolução sucedeu a apresentação, pela ANA, da  
458 Nota Técnica 015/2008/SAG de 31/03/08 que continha a tabulação decorrente da consulta feita aos  
459 CERHs e Comitês de Bacia de Rios de Domínio da União. Durante a 56ª Reunião da CTCOB os  
460 membros presentes, após analisarem os resultados da tabulação, foram informados sobre os  
461 processos adotados pelos estados e Comitês de Bacia para se chegarem às prioridades enviadas.  
462 Como processo adotado na CT, houve por bem acatar a metodologia de estabelecimento de pesos,  
463 3, 2 e 1 para as prioridades 1, 2 e 3, na forma de Subprogramas do PNRH, elencados pelos estados  
464 e comitês. O resultado estava na tabela “Tabulação por pesos - Subprogramas”. Diante desse  
465 cenário, concluiu que a CTCOB acompanhou a própria orientação fornecida aos estados e comitês,  
466 elegendo os três subprogramas, que pelo critério de pesos obtiveram a maior pontuação para em  
467 seguida elaborar uma proposta de resolução que viesse a estabelecer as prioridades para a  
468 aplicação dos recursos da cobrança, pela ANA, no exercício de 2009. A Conselheira **Patrícia**

469 **Boson (Indústrias)** expressou sua preocupação com a necessidade do aprofundamento do que era  
470 “prioridade”, de como e onde aplicar, e do papel dos entes do SINGREH que possuíam o poder de  
471 decisão de quanto aplicar, sendo inconcebível o contingenciamento desse recurso, ponto também  
472 muito discutido no âmbito da CTCOB. A proposta foi aprovada sem alterações, sem votos  
473 contrários ou abstenções. Nesse momento, após a finalização da agenda deliberativa, o Sr.  
474 **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, aproveitou para anunciar que aquela  
475 seria sua última presença como secretário executivo do CNRH e secretário de Recursos Hídricos e  
476 Ambiente Urbano do MMA, e para expressar seus sentimentos quanto a isso. Disse que se sentia  
477 emocionado por deixar o Ministério e retornar à sua terra natal – dois sentimentos que já estavam  
478 previstos, pois assumiu a SRHU na condição de um tempo determinado. Elogiou o trabalho  
479 desenvolvido pelos senhores conselheiros e agradeceu as amizades conquistadas. Deixou seu  
480 contato: [zica1380@hotmail.com](mailto:zica1380@hotmail.com). Convidou o Conselheiro Martinho Cândido Velloso dos Santos,  
481 representante do Ministério dos Transportes, para a mesa de condução dos trabalhos, pois  
482 precisaria se ausentar para acompanhar a Senadora Marina Silva em seu pronunciamento no  
483 Senado Federal naquela tarde. **Item 4 - Apresentações: Item 4.1 – “O Conselho Estadual de**  
484 **Recursos Hídricos do Pará” – Sr. Manoel Imbiriba Júnior, Secretário Executivo do Conselho**  
485 **Estadual de Recursos Hídricos do Pará.** O Conselheiro **Manoel Imbiriba (CERH/PA)** abordou:  
486 Agenda da Política de Recursos Hídricos do estado do Pará; Histórico da implantação da política;  
487 Resoluções do CERH em processo de avaliação; Princípios básicos da gestão partilhada;  
488 Composição do sistema estadual de recursos hídricos; Formato do Conselho Estadual; Câmaras  
489 Técnicas do Conselho Estadual; Lei nº 6.381/2001 – Instrumentos da Política Estadual; Secretaria  
490 Executiva do Conselho Estadual; Gerências da Coordenadoria de Regulação da Secretaria de  
491 Estado do Meio Ambiente do Pará - SEMA; Gerências da Coordenadoria de Informação e  
492 Planejamento Hídricos da SEMA; Estágio atual da implementação da política de recursos hídricos  
493 do Pará; Sistema de Informação de Recursos Hídricos no Pará; Outorga de Recursos Hídricos no  
494 Pará; Capacitação e educação ambiental para conservação de recursos hídricos no Pará;  
495 Monitoramento e enquadramento de corpos d'água segundo classes de uso e manejo de micro-  
496 bacias; Plano Estadual de Recursos Hídricos; e Políticas discutidas junto ao sistema estadual de  
497 recursos hídricos. (apresentação anexa a esta ata – **Anexo 1**) **Item 4.2 – “A Ação Pró-ativa dos**  
498 **Irrigantes do Rio Grande do Sul” – Sr. Valery Pugatch, Coordenador da Comissão de**  
499 **Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA e**  
500 **Representante dos Irrigantes na Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços.** O  
501 Sr. **Valery Pugatch**, ligado ao Instituto Rio Grandense do Arroz, fez uma apresentação sobre a  
502 produção de arroz irrigado no Brasil, onde o Rio Grande do Sul seria responsável por 60% desse  
503 produto. Falou sobre o planejamento estratégico feito para o setor, em 2004, e a atuação dos  
504 irrigantes em comitês de bacia. Recordou a reunião da Câmara Técnica de Recursos Hídricos  
505 Transfronteiriços ocorrida em Uruguai/RS, quando expôs uma questão, segundo ele, bastante  
506 difícil de administrar: implantação de áreas de preservação permanente. Para ele, as interpretações  
507 diversas prejudicariam a produção de alimentos no País, pois a principal dificuldade apresentada  
508 era uma definição única para curso d'água. Afirmou que não existia tal definição nas legislações  
509 estaduais e nacional, tampouco na legislação internacional. Resgatou a Moção encaminhada pelo  
510 Fórum Nacional de Comitês de Bacia, de outubro de 2007, que solicitou, ao CNRH e CONAMA,  
511 para que fossem flexionados os limites das Áreas de Preservação Permanentes - APPs dentro dos  
512 limites dos comitês de bacia, considerando que a implantação dessas áreas, de um modo geral, não  
513 levava em conta as diferenças de biomas. Os parâmetros eram os mesmos para as diferentes  
514 regiões. Sendo assim, concluiu pedindo ao CNRH atenção a essa Moção, já protocolada no MMA.  
515 A reivindicação estava apresentada em nome do Instituto Riograndense do Arroz, Federação das  
516 Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul e dos Comitês de Bacia dos Rios Ibicuí, Santa  
517 Maria e Quaraí. (apresentação anexa a esta ata) **Informes. Informe 1: Encaminhamentos da XIX**  
518 **Reunião Ordinária do CNRH, ocorrida em 27 de março de 2008, relacionados à proposta de**  
519 **Resolução que “estabelece aspectos adicionais que devem ser incluídos nos planos de**  
520 **recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”.** O Conselheiro

521 **Martinho Cândido Velloso dos Santos (Min. Transportes)** lembrou a todos do encaminhamento  
522 sobre a referida proposta na última reunião plenária, quando o então secretário executivo, com o  
523 intuito de preceder a deliberação final deste colegiado, definiu, em atendimento ao plenário, que a  
524 referida proposta de resolução deveria ser encaminhada às Câmaras Técnicas do *Plano Nacional*  
525 *de Recursos Hídricos e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras -*  
526 *CTPOAR* para conhecimento e manifestação, de acordo com suas competências específicas. No  
527 mesmo ofício foi solicitado celeridade na emissão de parecer sobre a proposta, pois foi  
528 determinado que a proposta de resolução deveria retornar ao plenário em sua reunião subsequente.  
529 Sobre a CTPOAR, o Conselheiro **Martinho Cândido Velloso dos Santos (Min. Transportes)** leu  
530 o Ofício nº 06/2008/CTPOAR/CNRH/MMA, de 8/5/2008, remetido pela CTPOAR à Secretaria  
531 Executiva do CNRH que, em resposta, informou: “*A Câmara Técnica de Integração de*  
532 *Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR em sua 63ª Reunião, realizada*  
533 *nos dias 23 e 24 de abril do ano corrente, apreciou o conteúdo do Ofício citado, bem como da*  
534 *proposta de resolução destacada e após debates concluiu que irá se manifestar, após a análise e*  
535 *aprimoramento da proposta de resolução por parte da Câmara Técnica do Plano Nacional de*  
536 *Recursos Hídricos - CTPNRH, considerando que a análise dessa CTPOAR estaria restrita hoje, a*  
537 *dois artigos. Cabe ressaltar que alguns membros da CTPOAR (representantes dos setores,*  
538 *Indústria, ANA, ABRAGE e CERH/SP) manifestaram interesse em participar das discussões do*  
539 *tema no âmbito do grupo de trabalho criado na CTPNRH, aguardando assim a convocação.*  
540 *Diante dos esclarecimentos, aguardamos a nova proposta de resolução, bem como parecer da*  
541 *CTPNRH, para apreciação da CTPOAR”*. Sobre a análise que estava sendo feita pela CTPNRH,  
542 convidou o Sr. Ney Maranhão, superintendente-adjunto da Superintendência de Planejamento de  
543 Recursos Hídricos da ANA e membro da CTPNRH, para apresentar o andamento da análise  
544 solicitada. O Sr. **Ney Maranhão** projetou um cronograma de atividades da CTPNRH para estudar  
545 a proposta: 7 e 8/4/2008 - CTPNRH criou grupo de trabalho para discutir a proposta de resolução.  
546 Composição do GT: MME, ANA (coordenação), SRHU/MMA, ONGs, CERHs e SEAP. 15/4 a  
547 15/5/2008 - Coleta de dados e estudos dos temas contidos na proposta de resolução, suas  
548 implicações e conseqüências, e elaboração de proposta de substitutivo. 2/6/2008 - Reunião entre  
549 representantes da ANA e representantes do GERCO/MMA (Ademilson Zamboni, João Nicolodi,  
550 Cláudia Magalhães) para repasse dos temas estudados. 11/6/2008 – Aconteceria a primeira reunião  
551 do GT. Portanto, a análise ainda estava em andamento. Concluiu, dizendo que, apesar do GT ainda  
552 não ter se reunido, a ANA, como coordenadora do grupo, já havia produzido material que  
553 subsidiaria os trabalhos. O conselheiro **Marcelo Sampaio (SEAP/PR)** manifestou seu interesse  
554 em obter esse material. O Sr. **Ney Maranhão** se comprometeu em enviar. Por fim, a Conselheira  
555 **Patrícia Boson (Indústrias)** entregou formalmente ao plenário o documento “Considerações  
556 sobre a proposta de resolução – CNRH, que estabelece diretrizes adicionais que devem ser  
557 incluídas nos Planos de Recursos Hídricos de regiões que contenham trechos da Zona Costeira”,  
558 redigido por um grupo de conselheiros do CNRH que representavam: Federação da Indústria do  
559 Estado de Minas Gerais – FIEMG, Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, Instituto Brasileiro  
560 de Siderurgia – IBS, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Ministério da Justiça, Ministério  
561 de Minas e Energia, e Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica. Este documento  
562 deveria ser encaminhado a todos os conselheiros e representantes da CTCOST, CTPNRH e  
563 CTPOAR. O objetivo do documento foi “colocar para reflexão pontos fundamentais que visam à  
564 melhoria e à correta aplicação do instrumento proposto”. **Informe 2:** O Conselheiro **Martinho**  
565 **Cândido Velloso dos Santos (Min. Transportes)** justificou as ausências dos Conselheiros Mauro  
566 Ribeiro Viegas (Indústrias), José Di Bella (Hidroviários) e Ninon Machado (ONGs). **Informe 3:** A  
567 Conselheira **Patrícia Boson (Indústrias)** distribuiu publicação “I Conferência da Indústria  
568 Brasileira para o Meio Ambiente – CIBMA (propostas e compromissos)”, realizada em junho de  
569 2007. **Informe 4:** O Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes) noticiou a instalação do Comitê da Bacia  
570 Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH-Paranaíba, que aconteceria nos dias 10 e 11 de junho de  
571 2008, na cidade de Goiânia/GO, e recomendou que neste ano de 2008, quando o CNRH  
572 completaria dez anos de sua instalação, houvesse uma publicação com o registro dos nomes

573 daqueles que fizeram parte dessa história. Expressou sua satisfação em ver listadas as pessoas que,  
574 voluntariamente, participaram desse colegiado que contribuiu para a evolução da legislação  
575 ambiental brasileira. **Informe 5:** O Conselheiro **João Bosco Senra (SRHU/MMA)** informou sobre  
576 a oficina “Água e Floresta”, promovida pela CTIL, realizada nos dias 27 e 28 de maio de 2008,  
577 que objetivou a análise de aspectos da integração das políticas públicas de recursos hídricos,  
578 florestais e de conservação de solos, sob a coordenação da Conselheira Ninon Machado (ONGs).  
579 Um relatório seria disponibilizado e, possivelmente, daria início a uma proposta de resolução do  
580 CNRH. Lembrou a todos que a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e  
581 Informação em Recursos Hídricos – CTEM havia disponibilizado para consulta a [proposta de](#)  
582 [resolução que “estabelece os princípios e as diretrizes para a educação, capacitação, mobilização](#)  
583 [social e informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de](#)  
584 [Gerenciamento de Recursos Hídricos”](#). O objetivo era o recebimento de sugestões ao texto com o  
585 intuito de estimular uma reflexão sobre as problemáticas enfrentadas pelos organismos de bacia,  
586 suas experiências e demandas sociais, e, ainda, as disparidades regionais do território brasileiro. A  
587 proposta, acompanhada de um documento base, além de seguir para os conselheiros do CNRH, foi  
588 encaminhada aos [Comitês de Bacia, federais e estaduais](#). Os arquivos estavam disponíveis nas  
589 páginas eletrônicas do CNRH, [www.cnrh-srh.gov.br](http://www.cnrh-srh.gov.br), e do Fórum Nacional de Comitês de Bacias  
590 Hidrográficas (FNCBH/REBOB), [www.rebob.org.br](http://www.rebob.org.br). As contribuições deveriam ser enviadas até  
591 30 de junho de 2008 para o endereço eletrônico [capacitacao@cnrh-srh.gov.br](mailto:capacitacao@cnrh-srh.gov.br). Após a apreciação e  
592 sistematização das contribuições pela CTEM, a proposta de resolução seria submetida à análise da  
593 CTIL, antes de seguir para plenária do CNRH. Outro documento que seria disponibilizado era o  
594 relatório de trabalho do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, criado pelo Decreto  
595 Presidencial de 29 de novembro de 2006, após indicação favorável deste colegiado. Nesse  
596 momento, o Conselheiro **Martinho Cândido Velloso dos Santos (Min. Transportes)** agradeceu a  
597 todos pelos informes e presença. Às 16h20 passou ao **Encerramento**, declarando finalizada a  
598 XXII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Quando aprovada pelo  
599 Plenário do CNRH, a presente ata seria redigida pela Secretaria Executiva do CNRH, assinada  
600 pelo Secretário Executivo do CNRH e pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, Presidente  
601 do CNRH.

602

603 Ata aprovada na XX Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 5 de novembro de 2008.

604

605

606

607

CARLOS MINC  
Presidente

VICENTE ANDREU GUILLO  
Secretário Executivo